

Hospitais

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ (CNPJ 23.453.830/0022-02)				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL			
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)				Patrimônio Superávit/ (Déficit) Acumulado Total			
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023	
ATIVO CIRCULANTE				Receitas Operacionais			
Caixa e equiv. de caixa	4	57.732.540	30.800.566	pacientes SUS	286.585.498	285.317.796	Saldos 31/12/2022
Contas a receber	5	70.478.554	79.132.758	Serviços prestados convênios e particulares	-	-	4.848.943
Estoques	6	17.736.714	16.068.015	(-) Glosas	-	(8.233.240)	37.628.474
Outros créditos		216.424	404.811	Receita Líquida	286.585.498	277.084.556	(37.628.474)
Despesas antecipadas		23.358	13.901	Custos			-
Depósitos judiciais	13	26.267	-	Serviços de terceiros	(136.729.274)	(114.925.535)	-
Contratos de gestão	3m	71.329.449	213.988.347	Pessoal e encargos	(75.968.545)	(73.868.189)	-
Total do Ativo Circulante		217.543.306	340.408.398	Materiais e medicamentos	(46.886.730)	(44.978.492)	-
Não Circulante				Despesas			
Contas a receber	5	1.815.174	1.815.174	Pessoal e encargos	(18.992.136)	(18.467.047)	-
Partes relacionadas	12	3.688.670	3.356.151	Impostos, taxas e contribuições	(55.591)	(69.654)	-
Outros créditos		724.626	724.626	Depreciação/amortização	(10.710)	(11.722)	-
Imobilizado – Próprio	7a	33.010	43.277	Despesas gerais e administrativas	(6.852.289)	(8.494.719)	-
Intangível – Próprio	7b	-	443	Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro	1.090.223	16.269.198	-
Total do Ativo não Circ.		6.261.480	5.939.671	Financeira Líquidas	315.314	(324.062)	-
Total do Ativo		223.804.786	346.348.069	Receitas financeiras	4.294.632	3.449.907	-
PASSIVO E PATR. SOCIAL Circulante				Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas			
Fornecedores	8	42.546.856	38.507.270	Outras Despesas e Receitas	5.069.541	19.395.043	-
Obrigações trabalhistas	9	26.777.485	18.788.579	Doações e subvenções	2.034.404	980.534	-
Obrigações sociais	10	3.253.604	3.338.655	Outras receitas e despesas	-	-	-
Obrigações fiscais		891.471	1.059.863	Superávit / (Déficit) do Exercício	7.103.945	20.375.577	-
Outras contas a pagar	11	8.544.969	7.171.305	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.			
Partes relacionadas	12	1.430.967	973.742				
Contratos de gestão	3m	71.329.449	213.988.347				
Total do Passivo Circul.		154.774.801	283.827.761				
Não Circulante							
Provisão p/ contingências	13	422.279	1.016.547				
Total do Passivo não Circ.		422.279	1.016.547				
Patrimônio Social							
Patrimônio social		61.503.761	41.128.184				
Superávit/(déficit) acumulado		7.103.945	20.375.577				
Total do Patrimônio Social		68.607.706	61.503.761				
Total do Passivo e Patrimônio Social		223.804.786	346.348.069				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais			
O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade clínica e de referência cirúrgica da rede estadual de saúde, realizando serviços de média e alta complexidade, com suporte diagnóstico e terapêutico, a partir do fluxo organizado de referência e contra-referência abrangendo desde a atenção básica, todo atendimento voltado ao SUS. Em outubro de 2022 o hospital passou a implantar os serviços de transplantes renal, com atenção a demandas de intercorrências pré-transplante e pós-transplante, outra referência também foi o implante coclear. Em 2023 contémum total de 365 leitos, sendo 100 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus – AM. b. Contrato de Gestão O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 13º Termo Aditivo com validade até 30/03/2025. Em 2022, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço desde a atenção básica, serviço especializado e unidades de urgência e emergência no Estado do Amazonas, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. Em fevereiro de 2024 iniciou novas intensificações de cirurgias que englobam as especialidades de oftalmologia, proctologia, ginecologia e mastologia. O INDSH é uma Entidade, civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			
Âmbito	Legislação	Publicação	
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970	
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE 19/11/1969	
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967	
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CG-CER/DCEBAS/SAES/MIS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG), Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.			
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 26 de março de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:			
Taxa Anual de Depreciação - %			
Aparelhos Méd. e Cir.		10%	
Máquina e Equipamentos		10%	
Eq. Informática		20%	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO			
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit / (Déficit) do Exercício		7.103.945	20.375.577
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização		10.710	11.722
Provisão (Reversão) para Contingências		(594.268)	1.016.547
Transferências		-	(1.349.233)
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo		6.520.387	20.054.613
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contas a Receber		8.654.204	(21.465.695)
Estoques		(1.668.699)	(3.153.339)
Outros Créditos		188.387	39.923
Despesas Antecipadas		(9.457)	(3.492)
Depósitos judiciais		(26.267)	-
Aumento / (Redução) do Passivo		4.039.586	9.150.031
Fornecedores		7.988.906	7.781.570
Obrigações Trabalhistas		(85.051)	1.223.180
Obrigações Sociais		(168.392)	594.857
Obrigações Fiscais		1.373.664	1.792.965
Outras Contas a Pagar		-	-
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL		26.807.268	16.014.613
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível		-	-
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível		-	-
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas		124.706	(545.154)
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		124.706	(545.154)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL		26.931.974	15.469.459
No início do exercício		30.800.566	15.331.107
No fim do exercício		57.732.540	30.800.566
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		26.931.974	15.469.459

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %

Software 20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo

Continua...

Continuação...		2024	2023	Possível	2024	2023
do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.						
I. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. m. Contratos de Gestão: Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.						
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
		2024	2023			
Caixa em espécie		1.173	995			
Banco conta movimento		11	-			
Aplicações financeiras de liquidez imediata		57.731.356	30.799.571			
Total		57.732.540	30.800.566			
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.						
5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo.						
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL						
a. Imobilizado - Próprio						
		Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total	
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial		1.707	33.004	19.136	53.847	
Aquisições		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Baixas		-	-	-	-	
Depreciação		(235)	(8.027)	(2.308)	(10.570)	
Saldo contábil líquido		1.472	24.977	16.828	43.277	
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial		1.472	24.977	16.828	43.277	
Aquisições		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Baixas		-	-	-	-	
Depreciação		(235)	(7.724)	(2.308)	(10.267)	
Saldo contábil líquido		1.237	17.253	14.520	33.010	
b. Intangível - Próprio						
		Software	Total			
Em 31 de dezembro de 2023						
Saldo inicial		1.595	1.595			
Aquisições		-	-			
Transferências		-	-			
Baixas		-	-			
Amortização		(1.152)	(1.152)			
Saldo contábil líquido		443	443			
Em 31 de dezembro de 2024						
Saldo inicial		443	443			
Aquisições		-	-			
Transferências		-	-			
Baixas		-	-			
Amortização		(443)	(443)			
Saldo contábil líquido		-	-			
8. FORNECEDORES						
		2024	2023			
Materiais e medicamentos		6.816.850	4.032.211			
Serviços		2.529.689	1.701.396			
Serviços médicos		30.380.593	31.057.755			
Diversos		2.819.724	1.715.908			
Total		42.546.856	38.507.270			
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS						
		2024	2023			
Ordenados e salários a pagar		6.125.501	3.071.318			
Provisão férias		7.639.847	6.904.850			
Provisões FGTS s/férias		610.588	552.033			
Outras provisões		12.401.549	8.260.378			
Total		26.777.485	18.788.579			
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS						
		2024	2023			
INSS a recolher		804.399	889.012			
FGTS a recolher		939.868	961.866			
IRRF s/ folha a recolher		1.282.350	1.207.960			
Contr. sindical		8.073	9.045			
Outros a pagar		218.914	270.782			
Total		3.253.604	3.338.655			
11. OUTRAS CONTAS A PAGAR						
		2024	2023			
Empréstimo consignado à funcionários		321.213	277.179			
Empréstimos materiais SES-AM (ii)		1.188.682	439.065			
Verba piso salarial da enfermagem (i)		7.018.311	6.455.061			
Seguros a pagar		16.763	-			
Total		8.544.969	7.171.305			
Circulante						
Contrato de gestão001/2019		70.478.554	79.132.758			
Total		70.478.554	79.132.758			
Não Circulante						
Contrato de gestão001/2019 (i)		1.815.174	1,815.174			
Total		1,815.174	1,815.174			
(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de períodos anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.						
AgingList						
		2024	2023			
De 06 a 15 dias		-	23.776.483			
De 16 a 30 dias		22.277.400	-			
De 31 a 60 dias		22.277.400	21.127.517			
De 61 a 90 dias		22.277.400	17.114.369			
De 91 a 180 dias		3.646.334	17.114.369			
De 181 a 360 dias		-	20			
+ de 360 dias		1.815.194	1.815.174			
Total		72.293.728	80.947.932			
6. ESTOQUES						
		2024	2023			
Drogas e medicamentos		4.477.154	2.830.850			
Materiais de uso do paciente		1.434.509	2.360.421			
Fios cirúrgicos		196.730	314.380			
Materiais de expediente e impressos		479.156	463.230			
Dietas enterais e parenterais		163.905	411.357			
Equipamento de proteção individual		42.641	218.127			
Materiais de laboratório		1.535.235	1.856.895			
Demais materiais		6.423.382	4.870.916			
Total		14.752.712	13.326.176			
Estoque cedidos pela SES/AM (i)		2.984.002	2.741.839			
Total		17.736.714	16.068.015			
(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores são descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.						
12. PARTES RELACIONADAS:						
		2024	2023			
Ativo						
UPA 24H -CAMPOS SALES		3.688.670	3.356.151			
Total Não Circulante		3.688.670	3.356.151			
Passivo						
UPA 24H -CAMPOS SALES		1.050.967	593.742			
SEDE ADMINISTRATIVA		380.000	380.000			
Total Circulante		1.430.967	973.742			
O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 380.000 (R\$ 380.000 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.						
13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL: a. Processos prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.						
		2024	2023			
Provável						
Cível		13.889	13.889			
Trabalhista		408.390	1.002.658			
Total		422.279	1.016.547			
b. Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:						
14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS						
		2024	2023			
Trabalhista		8.945.383	3.460.764			
Cível		952.608	460.000			
Total		9.897.991	3.920.764			
Serviços de gestão						
Aluguel de máquinas		(1.398.212)	(1.855.262)			
Telefone		(113.481)	(91.695)			
Manutenção e conservação		(12.364)	(17.351)			
Viagens e hospedagem		(513.716)	(487.286)			
(Provisão) Reversão p/ contingências		222.535	(1.016.547)			
Outros		(477.051)	(466.578)			
Total		(6.852.289)	(8.494.719)			
15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.						
		2024	2023			
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT21.406.292		17.802.945	17.802.945			
INSS		21.406.292	17.802.945			
COFINS		8.559.534	8.559.534			
COFINS		8.559.534	8.559.534			
Total		29.965.826	26.362.479			
16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.						
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.						
		2024	2023			
Aplic. finan. de liquidez imediata		57.731.356	30.799.571			
Contas a receber		72.293.728	80.947.932			
Total ativos financeiros		130.025.084	111.747.503			
Fornecedores		42.546.856	38.507.270			
Total passivos financeiros		42.546.856	38.507.270			
18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros						
i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. iii. Riscos Operacional: A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2024, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.						
19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 001/SESAM/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 30 de março de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.						
Manaus - AM, 26 de março de 2025. Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: 595.078.610-68 // Ana Julia Azevedo Macahuachi - Contadora - CRC - AM 017456/O						
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis						
À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, Manaus - AM. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas						

Continuação... contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Saldos de Estoques** - Durante o exercício de 2024, a Administração do Hospital concluiu a migração sistêmica de controle de estoques, considerando a integração de saldos iniciais e movimentação de compras e consumo entre o período de agosto a dezembro de 2024. Em revisão aos saldos de estoque apresentados nestas demonstrações financeiras pelo montante de R\$ 17.736.714 e confronto com os saldos de estoque apresentados nos controles internos e estoques do Hospital, foi apurada diferença a maior nos saldos contábeis na ordem de R\$ 1.012.956, a qual não foi conciliada até a emissão de nosso relatório. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequada apresentação dos estoques do Hospital em 31 de dezembro de 2024. **Contas a receber parcelado junto a SES/AM** Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão do Hospital no montante de R\$ 66.832.199, vencidos e relativo ao período de outubro a dezembro/2024. Conforme descrito nota explicativa 19, o Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025. Até a emissão deste relatório, o Instituto não havia recebido as parcelas do acordo previstas para Fevereiro e Março/2025. Considerando as negociações avançadas para renovação do contrato de gestão, a Administração do Hospital concluiu por não ser necessária a provisão para perdas com direitos a receber, uma vez que busca constantemente a negociação do recebimento do montante em aberto e possui expectativa da manutenção de seu contrato. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que este o montante mencionado anteriormente, possuía liquidez e fluxo de pagamentos de curto prazo para fazer frente aos recursos esperados pelo Hospital para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa** - A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. • **Provisões para riscos e passivos contingentes** - Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2024, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2025.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 // Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 218101